



JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

MEMÓRIA DE REUNIÃO n. 0451276

Objetivo da reunião: debater temas de interesse comum do Sistema de Auditoria Interna da Justiça Federal

Horário/Data: 13/04/2023 - das 14h às 18h

Local: Plataforma TEAMS

Assuntos: Aprovação da Ata da Reunião anterior, informes sobre os Grupos de Trabalho e sobre a proposta de alteração das Resolução CJF n. 676/2020; padronização dos certificados de auditoria nas conas; escolha dos novos representantes das Seções Judiciárias no CTAI; reunião com a Diretoria de Fiscalização do Poder Judiciário da AudGovernança do TCU; Auditoria Conjunta de Acessibilidade Predial; Ação Coordenada de Auditoria sobre Política contra Assédio e Discriminação, do CNJ; Demandas do DICON e do SIAUD-JUD

Participantes (nome/email/telefone)	Função/Cargo	Órgão/Unidade
Daniel Martins Ferreira	Secretário de Auditoria Interna	CJF
Marília André da Silva de Meneses Graça	Secretária de Auditoria Interna	TRF1
Raphael Junger	Secretário de Auditoria Interna	TRF2
Patrícia Ribeiro	Secretária de Auditoria Interna	TRF3
Wolfgang Striebel	Secretário de Auditoria Interna	TRF4
Cláudio Alves Gomes	Secretário de Auditoria Interna, em exercício	TRF5
Luiz Guilherme Piva	Secretário de Auditoria Interna	TRF6
Cláudia Antônia Dantas Martins	Diretora do Núcleo de Auditoria Interna	Seção Judiciária do Amazonas
Rosana Cucino Tinoco	Diretora da Subsecretaria de Auditoria Interna	Seção Judiciária do Rio de Janeiro

Renata Ohl Siervo Safi	Diretora do Núcleo de Auditoria Interna, em exercício	Seção Judiciária de São Paulo
Hugo Bräscher Filho	Diretor do Núcleo de Auditoria Interna	Seção Judiciária de Santa Catarina
Flávio Cardozo de Albuquerque	Supervisor da Seção de Auditoria Interna	Seção Judiciária de Sergipe

Assunto(s) tratado(s):

1 . Apresentação, informes (andamento dos GTs, aprovação da Ata da 18ª Reunião, e encaminhamento de proposta de alteração da Resolução CJF n. 676/2020)

No que se refere à alteração da Resolução CJF n. 676/2020, o Secretário de Auditoria Interna do CJF informou que a proposta de alteração já foi apresentada à Secretaria-Geral do CJF, com previsão de pauta na próxima sessão do CJF, a ser realizada no dia 24 de abril próximo.

O Secretário de Auditoria Interna do CJF comunicou aos membros do CTAI a nova sistemática de gerenciamento das reuniões do Comitê. Esclareceu que foi autuado processo no SEI – CJF para o acompanhamento dos assuntos afetos ao CTAI e franqueou a todos o acesso a esse processo. As atas das reuniões e as pautas constam deste processo e passarão a assinadas por todos e, posteriormente, publicadas.

Quanto ao andamento dos grupos de trabalho, informou que os membros do GT sobre as trilhas de capacitação solicitaram uma dilação de prazo para entrega dos resultados dos trabalhos. No momento em que estiver pronto para apresentação, será incluído como tema da pauta da próxima reunião do CTAI.

No que concerne ao GT do PQA, o Secretário de Auditoria Interna relatou que uma das questões levantadas diz respeito à classificação das recomendações, apresentando a todos a proposta de classificação discutida no âmbito do GT. Apresentou também a tabela com a padronização da situação das recomendações para fins de baixa especial. Solicitou que todos os membros do CTAI se posicionem a respeito da continuidade do trabalho do GT nesse sentido. Por unanimidade, todos concordaram.

A respeito de propostas de atualização dos normativos do CJF, pontuou que está ciente da apresentação de outras propostas de atualização de normativos do CJF e solicitou que todos pensem a respeito da possibilidade de que seja formado um grupo específico para discussão dessas propostas, porém, que este grupo somente seria formado com a conclusão das atividades dos outros GTs.

Ref.	Próximas Ações	Responsável	Data Prevista (Se aplicável)
1.1	Entrega dos resultados dos trabalhos do GT - Trilhas de Capacitação	Raphael Junger	
1.2	Entrega dos resultados dos trabalhos do GT - PQA	Daniel Martins	
1.3	Formação de Grupo de Trabalho para estudo de atualização de normativos do CJF	Daniel Martins	

2. Padronização dos certificados de auditoria nas auditorias nas contas anuais e sua atualização

O Secretário de Auditoria Interna do CJF pontuou que o modelo apresentado pelo TRF1, no seu entendimento, pode atender bem à proposta de padronização. Propôs que o CTAI aprove esse modelo e na última reunião do CTAI no exercício de 2023, voltar-se-á a discutir o modelo para que seja definido para utilização na Auditoria deste exercício (que será finalizada em 2024). Proposta aprovada por unanimidade.

Em relação à padronização das demais peças dessa Auditoria Financeira, sugeriu que, sempre que uma unidade definir um documento de forma mais sistematizada, como um exemplo de bom padrão, apresente ao CTAI como proposta de documento a ser padronizado, para deliberação específica.

3. Novos representantes das Seções Judiciárias para composição do CTAI

O Secretário de Auditoria Interna do CJF chamou cada um dos novos integrantes para que se apresentem ao restante dos membros do Comitê.

1ª Região – Cláudia Antônia Dantas Martins – SJAM;

2ª Região – Rosana Cucino Tinoco – SJRJ;

3ª Região – Rita de Cássia Sápia Alves - SJSP - permanece a mesma representante;

4ª Região – Hugo Bräscher Filho – SJSC;

5ª Região – Flávio Cardozo de Albuquerque – SJSE.

O Secretário enfatizou que nas auditorias que o CJF está realizando nos TRFs, no atual ciclo, estão sendo incluídas uma Seção Judiciária por Região e, na ocasião das visitas a essas seccionais, está aproveitando para conhecer melhor a realidade dessas unidades.

4 . Reunião com a Diretoria de Fiscalização do Poder Judiciário da AudGovernança do TCU

O Secretário de Auditoria do CJF informou que representantes da Diretoria de Fiscalização do Poder Judiciário da AudGovernança do TCU entraram em contato com o CJF e com o TRF1 requerendo a marcação de uma reunião, com o objetivo de proporcionar uma interlocução mais direta entre o TCU e os órgãos do Poder Judiciário. Enfatizou a todos que, se tiverem alguma questão que desejem levar ao TCU para discussão, se dispõe a servir como intermediário nessas reuniões a serem realizadas com o TCU.

A Secretária de Auditoria Interna do TRF1 disse que foram definidos, no âmbito da 1ª Região, os seguintes temas a serem levados às rodas de conversa com o TCU:

- Julgamento em duplicidade pelo TCU de atos de aposentadoria;
- Necessidade de atualização do formulário e-pessoal de aposentadoria;
- Auditoria de contas anuais – dificuldades enfrentadas na questão da materialidade e nos possíveis achados;
- Necessidade de um sistema informatizado de auditoria pelo Poder Judiciário;
- Necessidade de aumento das consultorias em detrimento das auditorias – necessidade de capacitação em consultoria.

A Secretária de Auditoria do TRF3 sugeriu que fosse indagado ao TCU o seu posicionamento em relação à abrangência das auditorias nas contas.

O representante do TRF5 sugeriu que fosse levada a questão do papel das unidades de Auditoria Interna quanto ao Relatório Quadrimestral de Gestão Fiscal.

5. Auditoria Conjunta de Acessibilidade Predial

O Secretário de Auditoria Interna do CJF relatou que realizou uma reunião com representantes da Secretaria de Gestão de Obras do CJF e que esses representantes confirmaram que o Manual de Acessibilidade Predial da Justiça Federal continua adequado como referência.

Sugeriu que cada TRF elabore o seu próprio Relatório Final e o encaminhe ao CJF, para que seja feita no âmbito do CJF uma consolidação e um sumário de todos os relatórios.

Levantaram-se dúvidas quanto ao Programa de Trabalho e quanto à padronização dos relatórios.

O Secretário de Auditoria Interna do CJF solicitou a todos que enviem ao CJF os modelos que possuem de matriz de achados e de relatórios.

Ante as dificuldades indicadas de tempo e de convergência com a Auditoria Coordenada pelo CNJ, a qual estava prevista para iniciar em janeiro de 2023, e até o momento da reunião da CTAI não havia sido encaminhado programa para permitir seu início, o Secretário de Auditoria do CJF solicitou a todos que opinem sobre a possibilidade de adiamento da realização da auditoria conjunta do CTAI. Isto considerando também as dificuldades levantadas pelos demais membros a respeito da necessidade de realizar a auditoria no pagamento dos passivos do ATS aos magistrados, que sobrecarregou as unidades de Auditoria dos TRFs com uma atividade extra e o receio de ocorrência de uma nova auditoria especial ainda este ano.

A maioria dos membros do CTAI concordou em manter a realização da Auditoria para 2023, porém, com a extensão de prazo para entrega dos relatórios de auditoria para outubro (representante das Seções da 1ª Região opinou pela manutenção da data; representante das Seções da 5ª Região se manifestou pelo adiamento para o próximo exercício). Ressaltou-se que, caso algum fato superveniente ocorra no decorrer do exercício, o CTAI voltaria a discutir a questão, para nova deliberação, se for o caso.

Acertou-se, ainda, que em maio de 2023 a SAI/CJF emitirá um comunicado formal às auditorias dos TRFs a respeito do início dos trabalhos da Auditoria e convocará uma reunião específica, antes dessa data, com as unidades responsáveis pelos trabalhos, para definição dos papéis de trabalho e de critérios para amostragem.

Ref.	Próximas Ações	Responsável	Data Prevista (Se aplicável)
5.1	Emissão de comunicado formal às unidades de auditoria dos TRFs a respeito do início dos trabalhos da Auditoria Conjunta de Acessibilidade Predial	Daniel Martins Ferreira	maio/2023
5.2	Reunião com as unidades de auditoria dos TRFs para definição dos papéis de trabalho e de critérios para amostragem	Daniel Martins Ferreira	maio/2023

6. Demandas do CTAI em relação à Ação Coordenada de Auditoria sobre Política contra Assédio e Discriminação, capitaneada pelo CNJ

A Secretária de Auditoria Interna do TRF1 sugeriu que fosse solicitada ao CNJ a prorrogação do prazo de finalização dessa Auditoria, haja vista que ainda não houve a definição dos papéis de trabalho.

O Secretário de Auditoria Interna do CJF se comprometeu a solicitar junto ao CNJ o adiamento do prazo de entrega dos resultados e a compartilhar eventuais novas informações divulgadas pelo CNJ ao SIAUD-JUD.

6. Demandas do CTAI em relação às pautas do DICON e do SIAUD-JUD

O Secretário de Auditoria Interna do CJF solicitou que, caso algum membro do CTAI deseje levar ao debate do DICON algum tema, pode apresentá-lo no âmbito o CTAI.

Quanto ao SIAUD-JUD, confirmou que o Fórum Permanente de Auditoria Interna será realizado pelo CNJ no próximo dia 29 de maio.

Daniel Martins Ferreira
Secretário de Auditoria Interna

Marília André da Silva de Meneses Graça
Secretária de Auditoria Interna

Raphael Junger
Secretário de Auditoria Interna

Patrícia Ribeiro
Secretária de Auditoria Interna

Wolfgang Striebel
Secretário de Auditoria Interna

Cláudio Alves Gomes
Secretário de Auditoria Interna, em exercício

Luiz Guilherme Piva
Secretário de Auditoria Interna

Cláudia Antônia Dantas Martins
Diretora do Núcleo de Auditoria Interna

Rosana Cucino Tinoco
Diretora da Subsecretaria de Auditoria Interna

Renata Ohl Siervo Safi
Diretora do Núcleo de Auditoria Interna, em exercício

Hugo Bräscher Filho
Diretor do Núcleo de Auditoria Interna

Flávio Cardozo de Albuquerque
Supervisor da Seção de Auditoria Interna



Autenticado eletronicamente por **Luiz Guilherme Piva, Usuário Externo**, em 19/04/2023, às 13:04, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



Autenticado eletronicamente por **Cláudia Antônia Dantas Martins, Usuário Externo**, em 19/04/2023, às 13:08, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



Autenticado eletronicamente por **WOLFGANG STRIEBEL, Usuário Externo**, em 19/04/2023, às 13:19, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



Autenticado eletronicamente por **Marilia Andre da Silva Meneses Graca, Usuário Externo**, em 19/04/2023, às 14:26, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



Autenticado eletronicamente por **Daniel Martins Ferreira, Secretário(a) - Secretaria de Auditoria Interna**, em 19/04/2023, às 14:28, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



Autenticado eletronicamente por **Denise Fatima de Araujo Meskau, Usuário Externo**, em 19/04/2023, às 16:50, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



Autenticado eletronicamente por **Patrícia Ribeiro, Secretária**, em 24/04/2023, às 14:00, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



Autenticado eletronicamente por **Hugo Bräscher Filho, Usuário Externo**, em 24/04/2023, às 14:24, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



Autenticado eletronicamente por **Sidia registrado(a) civilmente como Sidia Maria Porto Lima, Usuário Externo**, em 08/05/2023, às 09:18, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



Autenticado eletronicamente por **RENATA OHL SIERVO SAFI registrado(a) civilmente como Renata Ohl Siervo Siervo, Usuário Externo**, em 05/06/2023, às 08:36, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



Autenticado eletronicamente por **ROSANA CUCINO TINOCO, Usuário Externo**, em 15/06/2023, às 17:37, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cjf.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0451276** e o código CRC **9910039F**.